



SIMULADO DE NIVELAMENTO PARA O

Ministério Público

Simulado de Nivelamento do MP

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Ministério Público;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D e E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Nivelamento-MP-11-12>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 - A B C D E | 21 - A B C D E | 41 - A B C D E | 61 - A B C D E | 81 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 22 - A B C D E | 42 - A B C D E | 62 - A B C D E | 82 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 23 - A B C D E | 43 - A B C D E | 63 - A B C D E | 83 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 24 - A B C D E | 44 - A B C D E | 64 - A B C D E | 84 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 25 - A B C D E | 45 - A B C D E | 65 - A B C D E | 85 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 26 - A B C D E | 46 - A B C D E | 66 - A B C D E | 86 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 27 - A B C D E | 47 - A B C D E | 67 - A B C D E | 87 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 28 - A B C D E | 48 - A B C D E | 68 - A B C D E | 88 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 29 - A B C D E | 49 - A B C D E | 69 - A B C D E | 89 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 30 - A B C D E | 50 - A B C D E | 70 - A B C D E | 90 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 31 - A B C D E | 51 - A B C D E | 71 - A B C D E | 91 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 32 - A B C D E | 52 - A B C D E | 72 - A B C D E | 92 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 33 - A B C D E | 53 - A B C D E | 73 - A B C D E | 93 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 34 - A B C D E | 54 - A B C D E | 74 - A B C D E | 94 - A B C D E |
| 15 - A B C D E | 35 - A B C D E | 55 - A B C D E | 75 - A B C D E | 95 - A B C D E |
| 16 - A B C D E | 36 - A B C D E | 56 - A B C D E | 76 - A B C D E | 96 - A B C D E |
| 17 - A B C D E | 37 - A B C D E | 57 - A B C D E | 77 - A B C D E | 97 - A B C D E |
| 18 - A B C D E | 38 - A B C D E | 58 - A B C D E | 78 - A B C D E | 98 - A B C D E |
| 19 - A B C D E | 39 - A B C D E | 59 - A B C D E | 79 - A B C D E | 99 - A B C D E |
| 20 - A B C D E | 40 - A B C D E | 60 - A B C D E | 80 - A B C D E | 100 - A B C D E |

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Guilherme Rezende

01. Sobre o Tribunal do Júri assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.
- b) A fundamentação da pronúncia limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo o juiz declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena.
- c) Não é cabível a pronúncia fundada exclusivamente em testemunhos indiretos de "ouvir dizer".
- d) Reconhecida inicialmente ao júri a competência por conexão ou continência, o juiz, se vier a desclassificar a infração ou impronunciar, de maneira que exclua a competência do júri, remeterá o processo ao juízo competente. O mesmo não ocorrerá em relação à absolvição sumária, em que o juiz se reconhece competente para apreciação dos crimes conexos.
- e) Em caso de desclassificação, o crime conexo que não seja doloso contra a vida será julgado pelo juiz presidente do Tribunal do Júri, aplicando-se, no que couber, o disposto no § 1º deste artigo.

02. Sobre as regras de competência em razão da pessoa, assinale a alternativa INCORRETA, de acordo com a jurisprudência consolidada do STF e do STJ:

- a) O foro por prerrogativa de função aplica-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas.
- b) Após o final da instrução processual, com a publicação do despacho de intimação para apresentação de alegações finais, a competência

para processar e julgar ações penais não será mais afetada em razão de o agente público vir a ocupar cargo ou deixar o cargo que ocupava, qualquer que seja o motivo.

- c) Praticado o crime em um mandato e existindo reeleição ao mesmo cargo, verifica-se a prorrogação do foro por prerrogativa de função acaso os diferentes mandatos sejam exercidos em ordem sequencial e ininterrupta.
- d) Cabe ao Supremo Tribunal Federal decidir, com exclusividade, a permanência ou não da investigação ou da ação penal deflagrada em desfavor das demais pessoas não submetidas à jurisdição criminal originária, adotando-se, como regra, o desmembramento, salvo nas hipóteses em que a cisão possa causar prejuízo relevante
- e) Membros do Ministério Público e Magistrados são julgados em primeira instância em caso de crimes comuns não relacionados com o cargo.

03. Assinale a alternativa INCORRETA, de acordo com o posicionamento dos Tribunais Superiores:

- a) Nos crimes de estelionato, quando praticados mediante depósito, por emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado ou com o pagamento frustrado ou por meio da transferência de valores, a competência será definida pelo local do domicílio da vítima, em razão da superveniência de Lei n. 14.155/2021, ainda que os fatos tenham sido anteriores à nova lei.
- b) A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado.
- c) Compete ao juiz federal do local da apreensão da droga remetida do exterior pela via postal processar e julgar o crime de tráfico internacional.
- d) A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da qualificação do órgão expedidor.
- e) A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função

Simulado de Nivelamento do Ministério Público – 11/12/2021

estabelecido exclusivamente pela constituição estadual.

04. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- b) Após o advento da Lei n. 13.964/2019, não é possível a conversão ex officio da prisão em flagrante em preventiva, mesmo nas situações em que não ocorre audiência de custódia.
- c) O posterior requerimento da autoridade policial pela segregação cautelar ou manifestação do Ministério Público favorável à prisão preventiva suprem o vício da inobservância da formalidade de prévio requerimento.
- d) É possível considerar o tempo submetido à medida cautelar de recolhimento noturno, aos finais de semana e dias não úteis, supervisionados por monitoramento eletrônico, com o tempo de pena efetivamente cumprido, para detração da pena.
- e) A obrigação de revisar, a cada 90 (noventa) dias, a necessidade de se manter a custódia cautelar (art. 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal) é imposta apenas ao juiz ou tribunal que decretar a prisão preventiva.

05. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O termo final da suspensão do prazo prescricional pela expedição de carta rogatória para citação do acusado no exterior é a data da efetivação da comunicação processual no estrangeiro, ainda que haja demora para a juntada da carta rogatória cumprida aos autos.
- b) É possível a utilização de WhatsApp para a citação de acusado, desde que sejam adotadas medidas suficientes para atestar a autenticidade do número

telefônico, bem como a identidade do indivíduo destinatário do ato processual.

- c) Citado o réu por edital, nos termos do art. 366 do CPP, o processo deve permanecer suspenso pelo prazo regulado pelo máximo da pena cominada, findo o qual ele retoma o seu curso.
- d) O período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada.
- e) A decisão que determina a produção antecipada de provas com base no art. 366 do CPP deve ser concretamente fundamentada, não a justificando unicamente o mero decurso do tempo.

06. Sobre a medida de busca e apreensão, assinale a alternativa INCORRETA, segundo a jurisprudência mais recente do STJ:

- a) Inexiste exigência legal de que o mandado de busca e apreensão detalhe o tipo de documento a ser apreendido, ainda que de natureza sigilosa.
- b) Realizada a busca e apreensão, apesar de o relatório sobre o resultado da diligência ficar adstrito aos elementos relacionados com os fatos sob apuração, deve ser assegurado à defesa acesso à íntegra dos dados obtidos no cumprimento do mandado judicial.
- c) A prova da legalidade e da voluntariedade do consentimento para o ingresso na residência do suspeito incumbe, em caso de dúvida, ao Estado, e deve ser feita com declaração assinada pela pessoa que autorizou o ingresso domiciliar, indicando-se, sempre que possível, testemunhas do ato. Em todo caso, a operação deve ser registrada em áudio-vídeo e preservada a prova enquanto durar o processo.
- d) É válida a autorização expressa para busca e apreensão em sede de empresa investigada dada por pessoa que age como sua representante.
- e) É nula a busca e apreensão efetuada por policiais, sem prévio mandado judicial, em apartamento que não revela sinais de habitação, nem mesmo de forma transitória ou eventual, se a aparente ausência de residentes no local se alia à fundada suspeita de que

Simulado de Nivelamento do Ministério Público – 11/12/2021

o imóvel é utilizado para a prática de crime permanente.

07. Sobre o inquérito policial, assinale a alternativa incorreta:

- a) Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- b) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.
- c) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.
- d) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de Polícia.
- e) Apenas a pessoa direta ou indiretamente interessada na apuração da infração em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.

08. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A ordem constitucional vigente impõe ao dominus litis que a peça acusatória, nos termos do art. 41 do Código de Processo Penal (CPP), indique, de forma clara e precisa, os fatos penalmente relevantes e suas respectivas circunstâncias, que possam ser atribuídos ao acusado.
- b) É apta a denúncia que, em respeito ao art. 41 do Código de Processo Penal (CPP), descreve o fato imputado ao réu com todas as circunstâncias que possibilitem a individualização da conduta e o exercício da ampla defesa.

c) Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a representação há que ser ofertada pela chefia do órgão a quem couber a sua representação judicial, na forma do §2º, do artigo 28, do CPP, com a redação dada pelo Pacote Anticrime.

d) A representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia.

e) Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata a Lei 11.340/06, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

09. Assinale a alternativa incorreta:

a) Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima igual ou inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante condições.

b) O acordo de não persecução é vedado nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, em favor do agressor.

c) Para a homologação do acordo de não persecução penal, será realizada audiência na qual o juiz deverá verificar a sua voluntariedade, por meio da oitiva do investigado na presença do seu defensor, e sua legalidade.

d) Homologado judicialmente o acordo de não persecução penal, o juiz devolverá os autos ao Ministério Público para que inicie sua execução perante o juízo de execução penal.

e) O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado também poderá ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o

Simulado de Nivelamento do Ministério Público – 11/12/2021

eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.

10. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Ofende o princípio da não autoincriminação denúncia baseada unicamente em depoimento feito por pessoa que – ouvida na condição de testemunha – tenha confessado a prática de crime quando não lhe tenha sido feita a advertência quanto ao direito de permanecer calada.
- b) O não oferecimento de queixa-crime contra todos os supostos autores ou partícipes de prática delituosa implica a renúncia tácita ao direito de querela.
- c) A absolvição de outros implicados em ações penais por fatos semelhantes, pela falta de provas, prejudica a propositura da ação penal, por força da aplicação do efeito extensivo da decisão.
- d) Notícias anônimas de crime, desde que verificada a sua credibilidade por apurações preliminares, podem servir de base válida à investigação e à persecução criminal.
- d) Deve-se reconhecer a nulidade absoluta de sentença que, em descompasso com os limites traçados pela exordial acusatória, condena o réu por fatos não narrados na denúncia.
- e) O fato de as investigações do inquérito não se realizarem em contraditório não prejudica o exercício da ampla defesa.

11. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A garantia contra a autoincriminação estende-se às testemunhas, no tocante às indagações cujas respostas possam, de alguma forma, causar-lhes prejuízo.
- b) Notícias anônimas de crime, desde que verificada a sua credibilidade por apurações preliminares, podem servir de base válida à investigação e à persecução criminal.

c) As interceptações telefônicas podem ser prorrogadas além do prazo legal de autorização, desde que devidamente fundamentadas pelo juízo competente quanto à necessidade para o prosseguimento das investigações.

d) É plenamente legal fundamentar per relationem a decisão que prorroga interceptação telefônica – na qual o magistrado se utiliza de trechos de decisão anterior ou de parecer ministerial como razão de decidir – quando presente situação fática que justifique a prolongação da quebra do sigilo, quer pela natureza da investigação, quer pela complexidade da conduta criminosa a ser monitorada.

e) Os dados alusivos a interceptação telefônica para elucidar certa prática delituosa ocorridas em outra unidade da Federação, não podem ser aproveitados em persecução criminal diversa.

12. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A citação por edital do acusado constitui fundamento idôneo para a decretação da prisão preventiva, induzindo presunção de fuga.
- b) A prisão preventiva não é legítima nos casos em que a sanção abstratamente prevista ou imposta na sentença condenatória recorrível não resulte em constrição pessoal, por força do princípio da homogeneidade.
- c) Os fatos que justificam a prisão preventiva devem ser contemporâneos à decisão que a decreta.
- d) A alusão genérica sobre a gravidade do delito, o clamor público ou a comoção social não constituem fundamentação idônea a autorizar a prisão preventiva.
- e) A prisão cautelar deve ser fundamentada em elementos concretos que justifiquem, efetivamente, sua necessidade.

DIREITO PENAL

Simulado de Nivelamento do Ministério Público – 11/12/2021

13. O art. 5º, II, da Constituição Federal dispõe que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. E, com a mesma redação do art. 1º do Código Penal; o art. 5º, XXXIX, da CF, anuncia que “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”. A partir do texto constitucional, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a opção correta:

I- O conteúdo essencial do princípio da legalidade se traduz em que não pode haver crime, nem pena que não resultem de uma lei prévia, escrita, estrita e certa.

II- O princípio da legalidade estrita não cobre, segundo a sua função e o seu sentido, toda a matéria penal, mas apenas a que se traduz em fixar, fundamentar ou agravar a responsabilidade do agente.

III- Face ao fundamento, à função e ao sentido do princípio da legalidade, a proibição de analogia vale relativamente a todos os tipos penais, inclusive os permissivos.

IV- A proibição de retroatividade da lei penal funciona apenas a favor do réu, não contra ele.

V- O princípio da aplicação da lei mais favorável vale mesmo relativamente ao que na doutrina se chama de “leis intermediárias”; leis, isto é, que entraram em vigor posteriormente à prática do fato, mas já não vigoravam ao tempo da apreciação deste.

- a) Apenas uma proposição está errada;
- b) Estão corretas apenas as proposições I, IV e V;
- c) Estão corretas apenas as proposições I, II, III e IV;
- d) Todas as proposições estão corretas;
- e) Apenas três das proposições estão corretas.

14. No dia 23 de janeiro de 2020, entrou em vigor a Lei nº 13.964/19, o chamado Pacote Anticrime, que promoveu diversas alterações na legislação penal e processual penal brasileira. Dentre as alterações

encontra-se a exigência de representação para o ajuizamento da ação penal no crime de estelionato (CP, Art. 171, §5º) e o aumento do tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade (CP, Art. 75). Acerca da aplicação da lei penal no tempo e da irretroatividade da lei penal, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a opção correta:

I De acordo com o STJ, a exigência de representação para ação por estelionato não afeta os processos em curso.

II À lei penal mais severa aplica-se o princípio da ultra-atividade.

III À lei penal mais benéfica aplica-se o princípio da extra-atividade.

IV O limite máximo de 40 anos para o cumprimento de pena privativa de liberdade pode ser aplicado a fatos anteriores à entrada em vigor do Pacote Anticrime.

V À lei penal mais severa aplica-se o princípio da retroatividade mitigada.

- a) Estão corretas todas as assertivas
- b) Está correta apenas 1 das assertivas
- c) Estão corretas 2 assertivas
- d) Estão corretas 3 assertivas
- e) Estão corretas 4 assertivas

15. Enquanto o crime pode ser conceituado como o comportamento humano causador de relevante e intolerável lesão ou perigo de lesão ao bem jurídico tutelado; o conceito analítico de crime comporta três elementos, a saber: Tipicidade, Ilicitude e Culpabilidade. No que toca aos elementos do crime, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a opção correta:

I a inexigibilidade de conduta diversa constitui causa supralegal de exclusão da ilicitude.

Simulado de Nivelamento do Ministério Público – 11/12/2021

II o dolo e a culpa integram, respectivamente, a tipicidade e a culpabilidade, segundo a teoria finalista da ação.

III o chamado princípio da insignificância exclui a tipicidade formal da conduta.

IV a coação moral irresistível constitui causa de exclusão da antijuridicidade.

V o consentimento do ofendido pode conduzir à exclusão da tipicidade.

- a) Estão corretas todas as assertivas
- b) Está correta apenas 1 das assertivas
- c) Estão corretas 2 assertivas
- d) Estão corretas 3 assertivas
- e) Estão incorretas todas as assertivas

16. Crimes omissivos são aqueles nos quais o agente viola o mandamento preceptivo constante do tipo penal; isto é, deixa de fazer aquilo que a lei determina e, portanto, assume a responsabilidade pela sua inação.

Acerca do crime omissivo próprio, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a opção correta:

I Os crimes omissivos próprios são os cujo tipo descreve a conduta omissiva de forma direta, e por isso não é necessária a incidência do art. 13, § 2º, do CP.

II Os crimes omissivos próprios podem ser praticados a título doloso ou culposo.

III Crimes omissivos próprios são crimes de mera conduta.

IV Os crimes omissivos próprios não admitem tentativa.

V Crimes omissivos próprios são crimes de resultado; e que, portanto, admitem tentativa.

- a) Estão corretas todas as assertivas

b) Está incorreta apenas 1 das assertivas

c) Estão corretas 2 assertivas

d) Estão corretas 3 assertivas

e) Estão incorretas todas as assertivas

17. A propósito da prescrição, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a opção correta:

I Antes de passar em julgado a sentença final, a prescrição não corre enquanto o agente cumpre pena no exterior;

II Antes de passar em julgado a sentença final, a prescrição não corre na pendência de embargos de declaração ou de recursos aos Tribunais Superiores, em qualquer hipótese;

III Antes de passar em julgado a sentença final, a prescrição não corre enquanto não cumprido ou não rescindido o acordo de não persecução penal;

IV Tendo em vista que o artigo 117 do Código Penal, nos incisos I, II, III, IV, V e VI, elenca as causas interruptivas da prescrição, nesses casos, interrompida a prescrição, todo o prazo começa a correr, novamente, do dia da interrupção.

V Em caso de revogação do livramento condicional, a prescrição é regulada pelo resto de pena a cumprir.

- a) Apenas uma proposição está errada;
- b) Estão corretas apenas as proposições IV e V;
- c) Estão corretas apenas as proposições II e V;
- d) Todas as proposições estão corretas;
- e) Apenas uma das proposições está correta.

18. Acerca dos crimes contra a vida, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a opção correta:

I Em relação ao crime de infanticídio, a lei brasileira não adotou o critério psicológico, mas sim o critério

Simulado de Nivelamento do Ministério Público – 11/12/2021

fisiopsicológico, levando em conta o desequilíbrio oriundo do processo do parto.

II No que concerne ao crime de homicídio, é possível a coexistência das circunstâncias privilegiadoras com as qualificadoras de natureza objetiva.

III O homicídio qualificado-privilegiado, nos termos da jurisprudência predominante do STJ, é considerado crime hediondo, porque a qualificadora prepondera sobre o privilégio, pois este é mera causa de diminuição da pena.

IV A qualificadora do chamado homicídio funcional, de acordo com o texto legal, só abrange o vínculo consanguíneo, de forma que ela não incide se a vítima for o filho adotivo do agente de segurança.

V É incompatível o crime de homicídio simples tentado com o caráter hediondo.

- a) Apenas uma proposição está errada;
- b) Estão corretas apenas as proposições I, II e IV;
- c) Estão corretas apenas as proposições II e V;
- d) Todas as proposições estão corretas;
- e) Apenas uma das proposições está correta.

19. Acerca do crime de roubo, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a opção correta:

I Com a entrada em vigor do Pacote Anticrime, o crime de roubo com arma branca passou a ser roubo qualificado.

II O crime de roubo, praticado com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido, terá a pena duplicada em relação ao roubo simples.

III A Lei nº 13.964/19 transformou em crime hediondo o crime de roubo praticado com arma de fogo de uso restrito, mas não aquele praticado com arma de fogo de uso permitido.

IV O roubo circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima (CP, art. 157, § 2º, inciso V) é considerado crime hediondo.

V Há latrocínio tentado quando o homicídio se consuma, mas o agente não realiza a subtração de bens da vítima.

- a) Estão corretas todas as assertivas
- b) Está correta apenas 1 das assertivas
- c) Estão corretas 2 assertivas
- d) Estão corretas 3 assertivas
- e) Estão corretas 4 assertivas

20. No que toca aos crimes contra a dignidade sexual, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a opção correta:

I A conduta do agente que, aproveitando-se da lotação do coletivo, masturbou-se e ejaculou no corpo de passageira, constitui o crime de estupro de vulnerável, caso esta seja menor de idade.

II A prática de passar as mãos nas coxas e seios da vítima menor de 14 anos, por dentro de sua roupa, não pode ser tipificado como crime de estupro de vulnerável (art. 217-A do Código Penal), haja vista que não houve a conjunção carnal.

III O estupro (art. 213 do Código Penal) é tipo penal misto alternativo. Logo, se o agente, no mesmo contexto fático, pratica conjunção carnal e outro ato libidinoso contra uma só vítima, pratica um só crime do art. 213 do Código Penal.

IV somente no crime de estupro, praticado mediante violência real, é que a ação penal é pública incondicionada. Nas demais modalidades de violência, trata-se de crime de ação penal condicionada a representação.

V O estupro coletivo é aquele praticado mediante concurso de três ou mais pessoas.

- a) Apenas uma proposição está errada;
- b) Estão corretas apenas as proposições IV e V;
- c) Estão corretas apenas as proposições II e V;

Simulado de Nivelamento do Ministério Público – 11/12/2021

d) Todas as proposições estão corretas;

e) Apenas uma das proposições está correta.

21. A respeito dos crimes contra a fé pública, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a opção correta:

I - O advogado que instrui a testemunha a dar depoimento falso deve responder pelo crime de falso testemunho, muito embora se trate de crime de mão própria.

II - O autor que, preso em flagrante delito pela prática do crime de roubo, atribui-se falsa identidade perante a autoridade policial, a fim de ocultar seus maus antecedentes ou mesmo a fim de se eximir de eventual responsabilidade penal, comete o crime de falsa identidade (CP, art. 307), ainda que alegue ter agido em situação de autodefesa, sendo este o entendimento dominante dos Tribunais Superiores.

III - Há sempre concurso entre os crimes de falsificação de documento público e estelionato, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

IV - Configura crime de falsificação de documento particular o ato de falsificar, no todo ou em parte, testamento particular, duplicata e cartão bancário de crédito ou débito.

V - Assim como nos demais crimes não patrimoniais em geral, os delitos contra a fé pública são incompatíveis com o instituto do arrependimento posterior, dada a impossibilidade material de haver reparação do dano causado ou a restituição da coisa subtraída.

a) Apenas uma proposição está errada;

b) Estão corretas apenas as proposições I, II e V;

c) Estão corretas apenas as proposições I, IV e V;

d) Todas as proposições estão corretas;

e) Apenas duas das proposições estão corretas.

22. Tendo em conta os crimes contra a honra, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a opção correta:

I Não constitui difamação ou calúnia punível a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador.

II A falta de previsibilidade de que a ofensa chegue ao conhecimento da vítima afasta o dolo específico do delito de injúria, tornando a conduta atípica.

III É cabível a exceção da verdade na difamação e na injúria.

IV Há isenção de pena se o querelado, antes da sentença, se retrata cabalmente da difamação ou da injúria.

V É possível a propositura de ação penal privada no caso de servidor público ofendido em razão do exercício de suas funções.

a) Apenas uma proposição está correta;

b) Estão corretas apenas as proposições IV e V;

c) Estão corretas apenas as proposições I, II, III e IV;

d) Todas as proposições estão corretas;

e) Apenas três das proposições estão corretas.

23. Analise as seguintes questões:

I - A falta de indicação da norma complementadora, na ação penal por crime previsto em norma penal em branco, importa em inépcia da denúncia.

II - Quando uma empresa se apresenta como legítima importadora, para efeitos fiscais, mas, na realidade, atua como empresa de fachada para outra, seu responsável legal comete crime.

III - É admissível a chamada progressão *per saltum* de regime prisional se o condenado já descontou tempo de pena suficiente para tanto.

Simulado de Nivelamento do Ministério Público – 11/12/2021

IV - A retratação da calúnia, feita antes da sentença, demanda a aceitação do ofendido para acarretar a extinção da punibilidade.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II, apenas;
- b) II e III, apenas;
- c) I, III e IV;
- d) II, apenas;
- e) Nenhuma das alternativas.

24. Analise as seguintes questões:

I – Quem, primário e com bons antecedentes, subtrai quantia de Cem Reais, por meio de rompimento de obstáculo, comete o crime de furto privilegiado qualificado.

II – Aplica-se o limite temporal de 40 anos, previsto no art. 75 do Código Penal, ao apenado em livramento condicional.

III – A imunidade material do advogado abrange todos os crimes contra a honra.

IV - A indução ao consumo excessivo de bebida alcoólica para a prática de relação sexual com a vítima pode caracterizar o estupro de vulnerável.

Estão corretas as seguintes afirmativas:

- a) I e II, apenas;
- b) I, II e III, apenas;
- c) I, II e IV, apenas;
- d) Todas as alternativas;
- e) Nenhuma das alternativas.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Alex Fadel

25. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo de uso proibido ou restrito é crime hediondo.
- b) A União manterá estabelecimentos penais, de segurança máxima, destinados ao cumprimento de penas impostas a condenados de alta periculosidade, cuja permanência em presídios estaduais ponha em risco a ordem ou incolumidade pública.
- c) A lesão corporal dolosa de natureza gravíssima, diferentemente da lesão corporal seguida de morte, naquela situação específica prevista em Lei não é crime hediondo.
- d) É crime hediondo o favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.
- e) O feminicídio consta no rol dos crimes hediondos

26. Com base na Lei n.º 11.343/06, considere as afirmações a seguir:

- I. Para caracterizar o crime de tráfico internacional de drogas, é imprescindível a transposição de fronteira.
- II. A destruição das drogas será executada pelo delegado de polícia competente no prazo de 30 (trinta) dias na presença da autoridade judiciária e do Ministério Público.
- III. Para efeito da lavratura do auto de prisão em flagrante e estabelecimento da materialidade do delito, é suficiente o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, firmado por perito oficial ou, na falta deste, por pessoa idônea.
- IV. As penas podem ser reduzidas de um terço a dois terços se, em razão da dependência, ou sob o efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, o agente era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

É incorreto o que se afirma em:

- a) I, II e III.

Simulado de Nivelamento do Ministério Público – 11/12/2021

b) I, apenas.

c) II e III, apenas.

d) I, II e IV.

e) I e II, apenas.

27. À luz das previsões da Lei n.º 9.613/98, que dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, e com base no entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa incorreta:

a) O delito de lavagem de capitais é um crime remetido, pois pressupõe um delito anterior, suposto, precedente.

b) A primeira geração da tipificação do crime de lavagem de capitais assim o considerava se a conduta originária, precedente, fosse o crime de tráfico de drogas.

c) A segunda geração da tipificação do crime de lavagem de capitais estipulava um rol de crimes anteriores, além do tráfico de entorpecentes, como necessários à configuração da lavagem de capitais.

e) Na terceira geração, considera-se lavagem de capitais independentemente da natureza da infração penal anterior, pressuposta.

e) Para responder por lavagem de dinheiro, o autor deve ter sido também autor do crime antecedente

28. Com base no Estatuto do Desarmamento (Lei n.º 10.826/2003), assinale a afirmativa incorreta:

a) O delito de posse irregular de arma de fogo de uso permitido é de perigo abstrato.

b) A conduta de emprestar a terceiro arma de fogo, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, configura o crime de porte ilegal de arma de fogo.

c) O crime de disparo de arma de fogo não admite a suspensão condicional do processo.

d) Admite-se a propositura de suspensão condicional do processo ao crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido

e) Aquele que modificar as características de arma de fogo, de forma a torná-la equivalente a arma de fogo de uso proibido ou restrito comete crime previsto no Estatuto do Desarmamento.

29. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não pela Lei n.º 9.099/95, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena.

b) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos da Lei n.º 9.099/95, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

c) A Lei n.º 9.099/95 não é aplicável no âmbito da Justiça Militar.

d) A competência do Juizado Especial Criminal será determinada pelo lugar onde ocorrer o resultado da infração penal.

e) No âmbito do Juizado Especial Criminal não se fará citação por edital.

30. Com base no art. 302, §§1º e 3º, do Código de Trânsito Brasileiro, o crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor tem a pena aumentada de 1/3 (um terço) à metade, se o agente:

a) Praticá-lo em faixa de pedestres ou na calçada.

b) Conduz veículo automotor sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência.

Simulado de Nivelamento do Ministério Público – 11/12/2021

- c) Utilizando veículo em que tenham sido adulterados equipamentos ou características que afetem a sua segurança ou o seu funcionamento de acordo com os limites de velocidade prescritos nas especificações do fabricante.
- d) Praticá-lo em via pública, durante corrida, disputa ou competição automobilística ou ainda durante exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor, não autorizada pela autoridade competente, gerando situação de risco à incolumidade pública ou privada.
- e) For contumaz infrator das normas de trânsito.

31. A respeito do artigo 33 (e parágrafos) da Lei de Drogas, é correto afirmar que:

- a) O tráfico privilegiado é tido como equiparado a crime hediondo.
- b) Não cabe a aplicação de pena restritiva de direitos ao tráfico privilegiado.
- c) O artigo 33, caput, da lei de Drogas é um exemplo de tipo misto cumulativo.
- d) A utilização da reincidência como agravante genérica e circunstância que afasta a causa especial de diminuição da pena do crime de tráfico caracteriza 'bis in idem'
- e) Quem vende ou entrega drogas, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar, a agente policial disfarçado, pode estar diante de um caso de delito putativo por obra do agente provocador.

DIREITO CIVIL

Paulo de Sousa

32. Sobre o conflito das leis no espaço, assinale a alternativa que esteja de acordo com o que dispõe a LINDB:

- a) Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país de origem do proprietário.
- b) A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em foi acordada.
- c) As organizações destinadas a fins de interesse coletivo, como as sociedades e as fundações, obedecem à lei do Estado em que estiver domiciliado seu representante.
- d) Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem.
- e) É competente a autoridade judiciária brasileira, quando for o réu domiciliado no Brasil, exceto nos casos em que aqui tiver de ser cumprida a obrigação.

33. Cláudio, escritor, apaixonado pelo arcadismo, resolveu adotar o pseudônimo "O Trovador", para assinar suas postagens em um blog de escritores anônimos. Incomodado pelo baixo número de acessos em seus textos, resolveu utilizar-se do pseudônimo para atacar seus concorrentes na internet, proferindo ofensas e ameaças contra outros usuários do blog e expondo seus pseudônimos ao desprezo público. Com base no exposto e de acordo com o Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta:

- a) Os concorrentes de Cláudio nada poderão fazer contra as ofensas e ameaças, em razão do anonimato conferido pelo pseudônimo.
- b) Os concorrentes de Cláudio somente poderão requerer a proteção de seus pseudônimos, em face das ameaças, uma vez que o anonimato gerado pelo uso de outro nome, não lhes garante outros direitos.
- c) Os concorrentes de Cláudio somente poderão requerer a proteção de seus pseudônimos, em face das ofensas e da exposição ao desprezo, uma vez que o anonimato gerado pelo uso de outro nome, não lhes garante outros direitos.
- d) Os concorrentes de Cláudio somente poderão requerer a proteção de seus pseudônimos, em face das ameaças e da exposição ao desprezo, uma vez

Simulado de Nivelamento do Ministério Público – 11/12/2021

que a utilização do mesmo em redes sociais os torna “pessoas” públicas, sujeitas a ofensas.

- e) Os concorrentes de Cláudio poderão requerer a proteção de seus pseudônimos, em face das ofensas, ameaças e da exposição ao desprezo, uma vez que o pseudônimo goza da mesma proteção conferida ao nome.

34. Em se tratando da sucessão provisória, decorrido um ano da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando três anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão. De acordo com o Código Civil de 2002, assinale a alternativa que não apresenta um dos interessados de que trata o enunciado:

- a) O Ministério Público.
b) O cônjuge não separado judicialmente.
c) Os herdeiros presumidos, legítimos ou testamentários.
d) Os que tiverem sobre os bens do ausente direito dependente de sua morte.
e) Os credores de obrigações vencidas e não pagas.

35. Sobre as pessoas jurídicas, assinale a alternativa que está em consonância com o Código Civil de 2002:

- a) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito público com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
b) Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
c) Em regra, a pessoa jurídica somente não se confunde com os seus sócios, associados e

administradores, porém, é possível que haja confusão quando se tratar de instituidores.

- d) A transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante, caracteriza desvio de finalidade.

- e) À personalidade das pessoas jurídicas não se aplica a proteção conferida à personalidade da pessoa natural.

36. João possui um terreno onde pretende construir um prédio para locação. Para a construção, contratou Adilson. No contrato, a responsabilidade pelos materiais seria do construtor. Passados cinco anos após a construção, uma das vigas que sustentava o prédio desabou. Na perícia, constatou-se que o desmoronamento se deu por falha na construção. Diante dos fatos assinale a alternativa que correta:

- a) João não poderá ingressar com ação de indenização, uma vez que a pretensão prescreve em três anos após a entrega da obra, em razão da responsabilidade contratual.
b) João não poderá ingressar com ação de indenização, uma vez que a pretensão prescreve em cinco anos após a entrega da obra, em razão da responsabilidade contratual.
c) João poderá ingressar com ação de indenização, uma vez que a pretensão prescreve em vinte anos após a entrega da obra, em razão da responsabilidade contratual.
d) João poderá ingressar com ação de indenização, uma vez que a pretensão prescreve em dez anos após a entrega da obra, em razão da responsabilidade contratual.
e) João poderá ingressar com ação de indenização, uma vez que a pretensão é imprescritível, em razão da responsabilidade contratual.

Simulado de Nivelamento do Ministério Público – 11/12/2021

37. A discussão acerca de indenização por danos morais é extensa e rendeu diversos posicionamentos nos Tribunais. Sobre este tema, assinale a alternativa que contraria a jurisprudência do STJ:

- a) É impossível a transmissão do direito à indenização por danos morais, especialmente após o falecimento do titular. Estando tal indenização ligada com os direitos da personalidade, somente seu titular pode requerê-la.
- b) A indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais não carece de comprovação de prejuízo.
- c) Caracteriza dano moral até mesmo a simples devolução de cheque, quando indevida.
- d) É possível que sejam cumuladas as indenizações por danos morais e danos estéticos.
- e) Na ação de indenização por dano moral, ainda que haja condenação em montante inferior ao postulado na inicial não haverá sucumbência recíproca.

38. Em se tratando do contrato de prestação de serviço, assinale a alternativa que está em consonância com o Código Civil de 2002:

- a) A prestação de serviço, está sujeita tanto às leis trabalhistas quanto às leis cíveis, de maneira que em caso de conflito, aplica-se a mais benéfica ao prestador de serviço.
- b) Quando uma das partes não souber ler, nem escrever, o instrumento poderá ser assinado a rogo e subscrito, obrigatoriamente, por duas testemunhas.
- c) As retribuições, quando não houver se estipulado o contrário, deverão ser quitadas em duas partes: metade antes da prestação e metade ao final.
- d) O prestador de serviço contratado por tempo certo pode, por seu arbítrio, se despedir, sem justa causa, diante da ausência de vínculo empregatício.

e) Não é defesa em lei a transmissão dos serviços de um tomador para outro, bem como a substituição de um prestador por outro.

39. Ana ao mudar-se para a capital do Rio de Janeiro, alugou uma casa com uma extensa garagem. Como não tinha carro e estava desempregada, resolveu abrir um bar em sua garagem. Com o intuito de chamar atenção dos clientes, ela passou a reproduzir as músicas de Caio, um famoso artista carioca. O sucesso do restaurante foi tanto que chegou ao conhecimento de Caio que suas músicas eram as mais tocadas no estabelecimento. Com base no exposto, assinale a alternativa correta.

- a) Caio não poderá requerer direitos autorais em razão da transmissão de suas músicas no restaurante de Ana, pois suas obras são públicas.
- b) Caio não poderá requerer direitos autorais em razão da transmissão de suas músicas no restaurante de Ana, pois, por ser em uma garagem, não há caracterizado estabelecimento comercial.
- c) Caio somente poderá requerer direitos autorais, caso Ana reproduza as músicas associadas à sua imagem, como é o caso de DVDs, por exemplo.
- d) Caio poderá requerer direitos autorais, em razão de suas músicas estarem sendo reproduzidas gratuitamente em um ambiente que não configura estabelecimento comercial.
- e) Caio poderá requerer direitos autorais, em razão de suas músicas estarem sendo reproduzidas em ambiente que configura estabelecimento comercial.

40. Segundo o Código Civil de 2002, o negócio jurídico deverá ser anulado:

- a) Por incapacidade do agente.
- b) Quando resultante de vício de vontade e quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.

Simulado de Nivelamento do Ministério Público – 11/12/2021

- c) Quando incapaz relativamente, o agente, e quando presente vício social como a fraude contra credores, por exemplo.
- d) Quando incapaz relativamente, o agente, e quando presente vício social como a simulação, por exemplo.
- e) Quando tiver por objetivo fraudar lei imperativa e quando presente vício de vontade, como a coação, por exemplo.

41. Em se tratando do direito das obrigações, assinale a alternativa que está em consonância com o exposto pelo Código Civil de 2002:

- a) Nas obrigações de dar coisa incerta, a coisa será indicada, ao menos, pelo gênero.
- b) Nas obrigações alternativas, em regra, a escolha cabe ao credor.
- c) Nas obrigações alternativas, se uma das duas prestações não puder ser objeto de obrigação ou se tornada inexecutável, extingue-se a obrigação.
- d) Nas obrigações divisíveis, havendo mais de um credor ou mais de um devedor, estas presumem-se divididas em tantas obrigações, iguais e distintas, quantos os credores ou devedores.
- e) A obrigação é solidária quando na mesma obrigação concorre mais de um devedor e apenas um credor, de modo que cada um dos devedores com direito, ou obrigado, à dívida toda.

42. Quanto à revogação da doação, não podem ser revogadas por ingratidão as doações:

- a) Puramente remuneratórias e oneradas com encargo já cumprido.
- b) Cujo donatário atentou contra a vida do doador ou cometeu crime de homicídio doloso contra ele.
- c) Cujo donatário cometeu contra o doador ofensa física.
- d) Cujo donatário caluniou o doador.

- e) No caso de negativa de prestação de alimentos de que necessitava o doador, mesmo quando possível a prestação.

43. Luís e Cláudia, com 16 e 15 anos respectivamente, namoram desde que Cláudia tinha 13 anos. Em decorrência do relacionamento, a jovem engravidou. Como ambos são de família tradicional, os pais do casal passaram a exigir o casamento dos jovens. De acordo com o Código Civil de 2002, o casamento será:

- a) Possível, uma vez há autorização expressa de ambos os pais dos jovens.
- b) Possível, desde que haja autorização do Ministério Público.
- c) Possível, exceto se houver protesto de terceiro interessado.
- d) Impossível sem prévia autorização judicial.
- e) Impossível, dada a idade dos nubentes.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rogério Cunha

44. De acordo com o estabelecido no CPC, o pronunciamento judicial que rejeite a impugnação ao benefício da gratuidade de justiça será:

- a) irrecurável por qualquer meio.
- b) recorrível por agravo de instrumento em qualquer hipótese.
- c) recorrível por apelação.
- d) recorrível, em regra, por agravo de instrumento, ressalvada a interposição de apelação quando a questão for resolvida na sentença.
- e) recorrível por agravo interno somente se a decisão for prolatada em audiência.

Simulado de Nivelamento do Ministério Público – 11/12/2021

45. Com relação aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, é correto afirmar:

- a) Caberá pedido de uniformização de interpretação quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de direito processual.
- b) É cabível reclamação ao Superior Tribunal de Justiça quando Turmas de diferentes estados interpretam de forma divergente preceitos de lei federal e quando a decisão recorrida estiver em contrariedade com súmula do citado tribunal superior.
- c) Tal qual a Lei dos Juizados Especiais Cíveis, a Lei de regência proíbe expressamente o menor incapaz demandar como autor das demandas que lhe são submetidas.
- d) O cumprimento do acordo ou da sentença, com trânsito em julgado, que imponham obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa certa, será efetuado mediante intimação ao advogado público responsável pela representação jurídica do ente público.
- e) Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência, a soma das 12 (doze) parcelas vincendas e de eventuais parcelas vencidas não poderá exceder o valor de 60 (sessenta) salários-mínimos.

46. Assinale a alternativa correta segundo regramento estabelecido no CPC, o desmembramento do litisconsórcio multitudinário em razão do número excessivo de litigantes:

- a) ocorre na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, desde que o litisconsórcio seja facultativo.
- b) é permitido somente antes da citação do réu, seja o litisconsórcio facultativo ou necessário.
- c) é vedado em sede de execução, seja ela decorrente de título judicial ou extrajudicial.

d) depende da concordância de todas as partes do processo, se o litisconsórcio for necessário e unitário.

e) não pode ocorrer antes da liquidação de sentença, se o litisconsórcio for ativo e facultativo.

47. Quanto à tutela provisória, assinale a alternativa correta.

a) conserva sua eficácia na pendência do processo, podendo ser revogada ou modificada até o saneador, se novos fatos surgirem a justificar tais alterações.

b) quando requerida em caráter incidental, depende do pagamento de custas.

c) quando for de urgência cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.

d) perderá seus efeitos, como regra, durante o período de suspensão do processo.

e) será decidida liminarmente, cabendo agravo da decisão que a conceder e apelação da decisão que a denegar, por ser terminativa.

48. No tocante ao incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, considere os enunciados seguintes:

I. O incidente de desconconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

II. A instauração do incidente dar-se-á mesmo que a desconconsideração da personalidade jurídica tenha sido requerida na petição inicial, em respeito ao contraditório e à ampla defesa.

III. Concluída a instauração no incidente instaurado, será ele resolvido por meio de sentença.

IV. Acolhido o pedido de desconconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será ineficaz em relação ao requerente.

Simulado de Nivelamento do Ministério Público – 11/12/2021

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II e IV.
- b) I e IV.
- c) I, II e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I, II e III.

49. Acerca da carta rogatória, assinale a alternativa correta.

- a) O procedimento da carta rogatória perante o Superior Tribunal de Justiça é de jurisdição contenciosa e deve assegurar às partes as garantias do devido processo legal.
- b) Pelo fato de envolver pronunciamento judicial estrangeiro, deverá tramitar em segredo de justiça.
- c) Quando o país destinatário recusar o cumprimento de carta rogatória, a citação não poderá ser feita por edital.
- d) É admitida a revisão do mérito do pronunciamento judicial estrangeiro pela autoridade judiciária brasileira, quando expressamente requerida pelo Ministério Público.
- e) É ato de jurisdição voluntária e atrai a aplicação do princípio da cooperação entre as partes.

50. Assinale a opção correta em relação à revelia e a citação por edital no atual Código de Processo Civil:

- a) ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes.
- b) o curador especial terá legitimidade para propor reconvenção em favor de réu revel.
- c) presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, mesmo que houver pluralidade de réus e algum deles contestar a ação.

- d) neste caso, o réu revel não poderá intervir no processo, por haver nomeação de curador especial.
- e) o juiz julgará conforme o estado do processo, pois não haverá necessidade de produção probatória.

51. No que diz respeito às regras de suspensão dos processos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O processo poderá ser suspenso pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas;
- b) O prazo de suspensão do processo não poderá exceder o prazo de 02 (dois) anos quando a sentença de mérito tiver de ser proferida somente após a verificação de determinado fato ou a produção de certa prova, requisitada a outro juízo;
- c) Quando ocorrer a concessão de adoção ou pela ocorrência do parto, sendo a advogada responsável pelo processo a única patrona da causa, o período de suspensão será de 30 (trinta) dias, a contar do fato, desde que haja notificação ao cliente;
- d) Durante a suspensão é vedado praticar qualquer ato processual, podendo o juiz, todavia, determinar a realização de atos urgentes a fim de evitar dano irreparável, salvo no caso de arguição de impedimento e de suspeição;
- e) O processo poderá ser suspenso por 08 (oito) dias nos casos em que, havendo notificação ao cliente, o advogado responsável pelo processo tornar-se pai, quando apresentar-se como o único patrono da causa.

52. A respeito das modalidades de intervenção de terceiros no processo, é correto afirmar:

- a) No chamamento ao processo, a sentença de procedência valerá como título executivo em favor do réu que satisfizer a dívida, a fim de que possa exigi-la por inteiro do devedor principal, ou de cada um dos codevedores a sua quota, na proporção que lhes tocar.

Simulado de Nivelamento do Ministério Público – 11/12/2021

- b) Admitem-se denúncias da lide sucessivas, promovidas pelo denunciado e pelos denunciados sucessivos contra os respectivos antecessores na cadeia dominial ou quem seja responsável por indenizá-los, evitando assim que eventual direito de regresso tenha de ser exercido por ação autônoma.
- c) A assistência simples obsta a que a parte principal, sem a anuência do assistente, reconheça a procedência do pedido, desista da ação, renuncie ao direito sobre o que se funda a ação ou transija sobre direitos controvertidos.
- d) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica é cabível no processo de conhecimento, desde que na fase postulatória, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.
- e) A intervenção do amicus curiae autoriza a interposição de quaisquer recursos pelo amicus curiae admitido a intervir no processo, mas não implica alteração de competência.
- 53.** Sobre a comunicação e prazos processuais, contestação e reconvenção assinale a alternativa incorreta:
- a) Os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data de sua intimação pessoal.
- b) revela do réu não produz o efeito de serem presumidas como verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor quando a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato, e se as alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis.
- c) Uma novidade do Código de Processo Civil de 2015 foi permitir que tanto a contestação, quanto a reconvenção sejam apresentadas na mesma peça, sendo possível a apresentação apenas da reconvenção, contra autor e terceiro, caso o réu se desinteresse pela contestação.
- d) Tanto a incompetência territorial quanto o valor da causa deverão ser alegados como preliminares da contestação.
- e) Alegando o réu, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, o juiz facultará ao autor, em 15 (quinze) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu.
- 54.** Sobre o regime processual das nulidades julgue os itens abaixo:
- I- Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos atos processuais subsequentes.
- II - Se o processo tiver tramitado sem conhecimento do membro do Ministério Público, o juiz invalidará os atos praticados desde a distribuição.
- III - São anuláveis as citações e as intimações quando feitas sem observância das formas previstas na legislação vigente.
- IV - Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, qualquer das partes poderá requer a sua decretação.
- Estão corretas:
- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) todas estão erradas.
- 55.** Assinale a alternativa correta sobre a defesa do réu no processo civil:
- a) A ausência de contestação, mesmo com a constituição de procurador do réu nos autos, implica na ocorrência dos efeitos materiais e processuais da revelia, com a procedência do pedido.
- b) Não se admite a reconvenção sem a presença da contestação.
- c) A contestação e a reconvenção são apresentadas na mesma peça processual.

Simulado de Nivelamento do Ministério Público – 11/12/2021

- d) O réu revel não poderá ingressar no processo, após o reconhecimento dos efeitos da revelia pelo magistrado.
- e) Os efeitos da revelia ocorrem mesmo frente a direitos indisponíveis.

TUTELA COLETIVA

Henrique da Rosa

56. Assinale a alternativa correta em relação ao inquérito civil

- a) É procedimento administrativo sujeito ao contraditório e ampla defesa.
- b) É unilateral, facultativo e não é condição de procedibilidade para o ajuizamento das ações a cargo do Ministério Público.
- c) Não pode ser utilizado para oferecimento de denúncia
- d) Tem prazo de conclusão de um ano, prorrogável impreterivelmente por mais um ano.
- e) Não se admite sua instauração para investigação de direito individual indisponível.

57. Assinale a alternativa incorreta em relação ao inquérito civil.

- a) O inquérito civil poderá ser instaurado por designação do Procurador-Geral de Justiça, do Conselho Superior do Ministério Público e demais órgãos superiores da Instituição, nos casos cabíveis.
- b) O Ministério Público atuará, independentemente de provocação, em caso de conhecimento, por qualquer forma, de fatos que, em tese, constituam lesão aos interesses ou direitos mencionados no artigo 1º desta Resolução, devendo cientificar o membro do Ministério Público que possua atribuição para tomar as providências respectivas, no caso de não a possuir.

- c) O conhecimento por manifestação anônima, justificada, implicará ausência de providências, quando desobedecidos os mesmos requisitos para as representações em geral, constantes na Resolução 23/07 do CNMP.

d) Caberá ao membro do Ministério Público investido da atribuição para propositura da ação civil pública a responsabilidade pela instauração de inquérito civil.

- e) Em caso de evidência de que os fatos narrados na representação não configurem lesão aos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público ou se o fato já tiver sido objeto de investigação ou de ação civil pública ou se os fatos apresentados já se encontrarem solucionados, o membro do Ministério Público, no prazo máximo de quinze dias, indeferirá o pedido de instauração de inquérito civil, em decisão fundamentada, da qual se dará ciência pessoal ao representante e ao representado.

58. Assinale a alternativa correta em relação a ação civil pública, prevista na lei 7.347/85:

- a) As ações previstas na lei 7.347/85 serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência relativa para processar e julgar a causa.
- b) O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, poderá atuar como fiscal da lei.
- c) Qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção.
- d) Se, por qualquer razão, os juízes tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil, remeterão peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.
- e) Constitui crime, punido com pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, mais multa de 10 (dez) a 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando solicitados pelo Ministério Público.

Simulado de Nivelamento do Ministério Público – 11/12/2021

59. Assinale a alternativa incorreta em relação a ação civil pública, lei 7.347/85

- a) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa.
- b) Fica facultado ao Poder Público e a outras associações legitimadas nos termos deste artigo habilitar-se como litisconsortes de qualquer das partes.
- c) Se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, fazendo-o fundamentadamente.
- d) O juiz deverá conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte.
- e) Poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo.

60. Em relação ao processo coletivo comum, assinale o único que não é legitimado ativo:

- a) Ordem dos Advogados do Brasil;
- b) Sociedade de Economia Mista;
- c) Empresa Pública;
- d) Fundação;
- e) Movimento Social regularmente constituído.

61. Assinale a alternativa incorreta em relação à ação civil pública prevista na lei 7.853/89:

- a) A lei 7.853/89 dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do

Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

- b) Para instruir a inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias e as certidões e informações em questão deverão ser fornecidas dentro de 15 (quinze) dias da entrega, sob recibo, dos respectivos requerimentos, e só poderão ser utilizadas para a instrução da ação civil.
- c) As medidas judiciais destinadas à proteção de interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela União, pelos Estados, pelos Municípios, pelo Distrito Federal, por associação constituída há mais de 1 (um) ano, nos termos da lei civil, por autarquia, por empresa pública e por fundação ou sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção dos interesses e a promoção de direitos da pessoa com deficiência.
- d) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação, o Ministério Público deverá assumir a titularidade ativa.
- e) A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível erga omnes, exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

62. Assinale a alternativa correta

- a) Interesses ou direitos difusos, são assim entendidos, para efeitos do Código de Defesa do Consumidor, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas determináveis ou indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;
- b) Interesses ou direitos difusos, são assim entendidos, para efeitos do Código de Defesa do Consumidor, os transindividuais, de natureza

Simulado de Nivelamento do Ministério Público – 11/12/2021

indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

c) Interesses ou direitos difusos, são assim entendidos, para efeitos do Código de Defesa do Consumidor, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias jurídicas.

d) Interesses ou direitos difusos, são assim entendidos, para efeitos do Código de Defesa do Consumidor, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.

e) Interesses ou direitos difusos, são assim entendidos, para efeitos do Código de Defesa do Consumidor, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma origem comum.

63. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Segundo a Resolução n. 23 do CNMP, o fornecimento da qualificação mínima do autor do fato é exigido como condição para que se tome providências no caso de denúncia anônima.

b) Segundo a Resolução n. 23 do CNMP, o procedimento preparatório do inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, sempre que necessário, em caso de motivo justificável.

c) Conforme a Lei n. 7.913/89, diploma que trata da ação civil pública de responsabilidade por danos causados aos investidores no mercado de valores mobiliários, as importâncias decorrentes da condenação em Ação Civil Pública sempre reverterão aos investidores lesados, na proporção de seu prejuízo.

d) Segundo a Lei n. 4.717/65, que trata da Ação Popular, são nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades previstas em seu texto, nos casos de incompetência, restando esta caracterizada quando

o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.

e) Segundo a Lei n. 7.347/85, somente os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais.

DIREITO AMBIENTAL

Henrique da Rosa

64. Observando a lei 6.938/81, assinale a alternativa incorreta:

a) Segundo a Lei n. 6.938/81, meio ambiente, é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

b) Segundo a Lei n. 6.938/81, poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental.

c) Segundo a Lei n. 6.938/81, o órgão superior é o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Ministro do Meio Ambiente na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais;

d) Segundo a Lei n. 6.938/81, o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental e o zoneamento ambiental são dois dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

e) O proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, pode, por instrumento público ou particular ou por termo administrativo firmado perante órgão integrante do Sisnama, limitar o uso de toda a sua propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, instituindo servidão ambiental, segundo a Lei n. 6.938/81.

65. Assinale a alternativa incorreta:

Simulado de Nivelamento do Ministério Público – 11/12/2021

- a) Segundo a Lei n. 6.938/81, a servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita, temporária ou perpétua. O prazo mínimo da servidão ambiental temporária é de 15 (quinze) anos.
- b) Segundo a Lei 10.257/01, compete à União, entre outras atribuições de interesse da política urbana legislar sobre normas gerais de direito urbanístico.
- c) É vedada, durante o prazo de vigência da servidão ambiental, a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel, salvo sucessão causa mortis, segundo a Lei n. 6.938/81.
- d) Para os fins da Lei n. 10.257/01, serão utilizados, entre outros instrumentos o plano diretor e a instituição de unidades de conservação.
- e) Segundo a Lei n. 12.651/12, a área de preservação permanente é uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Henrique da Rosa

- 66.** Assinale a alternativa correta em relação ao processo coletivo previsto no Código de Defesa do Consumidor
- a) O Ministério Público, se não ajuizar a ação, poderá atuar como fiscal da lei, sendo obrigatória sua intervenção quando a causa versar sobre direitos difusos.
- b) Ressalvada a competência da Justiça Federal, é competente para a causa a justiça local no foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando de âmbito local.
- c) A legitimação para ação coletiva no Código de Defesa do Consumidor é sempre solidária, podendo ser subsidiária em casos específicos.

- d) interesses ou direitos coletivos estrito senso, assim entendidos, para efeitos do Código de Defesa do Consumidor, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria, classe ou parte destes, de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica estrita.
- e) interesses ou direitos individuais homogêneos são os decorrentes de fato comum.

67. É cláusula abusiva prevista no Código de Defesa do Consumidor, as cláusulas que:

- a) Possibilitem a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias.
- b) Estipulem prazos para a solução dos problemas decorrentes da relação de consumo.
- c) Autorizem o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, mesmo quando igual direito seja conferido ao consumidor.
- d) Determinem a utilização consensual da arbitragem.
- e) Utilizem o Código de Defesa do Consumidor como parâmetro.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Igor Pinheiro

- 68.** Assinale a alternativa correta sobre o regime jurídico do ato de improbidade administrativa, após a Lei nº14.230/2021:
- a) As pessoas jurídicas não estão mais submetidas à lei de improbidade administrativa, devendo ser processadas à luz da lei anticorrupção (Lei nº12.846/2013).
- b) Via de regra, os atos de desvio e malbaratamento de verbas públicas geridas pelos partidos políticos não serão mais punidos à luz da lei de improbidade administrativa, e sim da lei dos partidos políticos, salvo quando houver prova do dolo específico do agente.

Simulado de Nivelamento do Ministério Público – 11/12/2021

- c) Quando o ato de improbidade administrativa violar os princípios da Administração com extrema gravidade e em prejuízo da coletividade, o juiz pode aplicar a sanção de suspensão de direitos políticos.
- d) O processo e julgamento de prefeito municipal por crime de responsabilidade (Decreto-lei 201/67) impede sua responsabilização por atos de improbidade administrativa previstos na Lei 8.429/1992, em virtude da autonomia das instâncias e vedação ao *bis in idem*.
- e) O ato de improbidade administrativa exige, sempre, dolo específico de prejudicar ou beneficiar alguém, seja a si próprio, seja a terceiro.

69. Assinale a alternativa incorreta sobre os atos de improbidade administrativa:

- a) São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.
- b) É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas.
- c) A qualquer momento, se o magistrado identificar a existência de ilegalidades ou de irregularidades administrativas a serem sanadas sem que estejam presentes todos os requisitos para a imposição das sanções aos agentes incluídos no polo passivo da demanda, poderá, em decisão motivada, converter a ação de improbidade administrativa em ação civil pública, sendo essa decisão recorrível por meio de apelação.
- d) Nos termos da jurisprudência consolidada do STJ, havendo indícios da prática de ato de improbidade administrativa, por força do princípio *in dubio pro societate*, a ação deve ter seu regular processamento, para que seja dada oportunidade às partes de produção das provas necessárias, a fim de permitir um juízo conclusivo acerca das condutas narradas, inclusive sobre a presença do elemento subjetivo. Assim, é correto dizer que somente após a regular instrução processual é que se poderá concluir pela existência, ou não, de: (I) enriquecimento ilícito; (II) eventual dano ou prejuízo a ser reparado e a

delimitação do respectivo montante; (III) efetiva lesão a princípios da Administração Pública; e (IV) configuração de elemento subjetivo apto a caracterizar o noticiado ato ímprobo.

- e) Os atos que violam os princípios administrativos exigem lesividade relevante ao bem jurídico tutelado para serem passíveis de sancionamento e independem do reconhecimento da produção de danos ao erário e de enriquecimento ilícito dos agentes públicos.

70. Marque a alternativa correta sobre a ação de improbidade administrativa.

- a) De acordo com a jurisprudência do STJ, a Lei de Improbidade Administrativa não faz parte do microsistema de tutela coletiva.
- b) A medida de indisponibilidade patrimonial pode ser decretada *initio litis e inaudita altera pars*, como regra geral, nos casos de desvio de dinheiro público e mediante prova documental apresentada de plano.
- c) A sanção de suspensão de direitos políticos pode ser executada após a decisão colegiada de 2º grau, se o Ministério Público requerer a compensação com o prazo de inelegibilidade e o réu concordar no acordo de não persecução cível.
- d) O acordo de não persecução civil pode ser celebrado a qualquer tempo, inclusive durante a execução das sanções.
- e) O Ministério Público possui legitimidade exclusiva para o ajuizamento, liquidação e execução da sentença condenatória.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Alex Fadel

68. Assinale a alternativa correta sobre o regime jurídico do ato de improbidade administrativa, após a Lei nº14.230/2021:

Simulado de Nivelamento do Ministério Público – 11/12/2021

- a) As pessoas jurídicas não estão mais submetidas à lei de improbidade administrativa, devendo ser processadas à luz da lei anticorrupção (Lei nº12.846/2013).
- b) Via de regra, os atos de desvio e malbaratamento de verbas públicas geridas pelos partidos políticos não serão mais punidos à luz da lei de improbidade administrativa, e sim da lei dos partidos políticos, salvo quando houver prova do dolo específico do agente.
- c) Quando o ato de improbidade administrativa violar os princípios da Administração com extrema gravidade e em prejuízo da coletividade, o juiz pode aplicar a sanção de suspensão de direitos políticos.
- d) O processo e julgamento de prefeito municipal por crime de responsabilidade (Decreto-lei 201/67) impede sua responsabilização por atos de improbidade administrativa previstos na Lei 8.429/1992, em virtude da autonomia das instâncias e vedação ao *bis in idem*.
- e) O ato de improbidade administrativa exige, sempre, dolo específico de prejudicar ou beneficiar alguém, seja a si próprio, seja a terceiro.
- 69.** Assinale a alternativa incorreta sobre os atos de improbidade administrativa:
- a) São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.
- b) É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas.
- c) A qualquer momento, se o magistrado identificar a existência de ilegalidades ou de irregularidades administrativas a serem sanadas sem que estejam presentes todos os requisitos para a imposição das sanções aos agentes incluídos no polo passivo da demanda, poderá, em decisão motivada, converter a ação de improbidade administrativa em ação civil pública, sendo essa decisão recorrível por meio de apelação.
- d) Nos termos da jurisprudência consolidada do STJ, havendo indícios da prática de ato de improbidade administrativa, por força do princípio *in dubio pro societate*, a ação deve ter seu regular processamento, para que seja dada oportunidade às partes de produção das provas necessárias, a fim de permitir um juízo conclusivo acerca das condutas narradas, inclusive sobre a presença do elemento subjetivo. Assim, é correto dizer que somente após a regular instrução processual é que se poderá concluir pela existência, ou não, de: (I) enriquecimento ilícito; (II) eventual dano ou prejuízo a ser reparado e a delimitação do respectivo montante; (III) efetiva lesão a princípios da Administração Pública; e (IV) configuração de elemento subjetivo apto a caracterizar o noticiado ato ímprobo.
- e) Os atos que violam os princípios administrativos exigem lesividade relevante ao bem jurídico tutelado para serem passíveis de sancionamento e independem do reconhecimento da produção de danos ao erário e de enriquecimento ilícito dos agentes públicos.
- 70.** Marque a alternativa correta sobre a ação de improbidade administrativa.
- a) De acordo com a jurisprudência do STJ, a Lei de Improbidade Administrativa não faz parte do microsistema de tutela coletiva.
- b) A medida de indisponibilidade patrimonial pode ser decretada *initio litis e inaudita altera pars*, como regra geral, nos casos de desvio de dinheiro público e mediante prova documental apresentada de plano.
- c) A sanção de suspensão de direitos políticos pode ser executada após a decisão colegiada de 2º grau, se o Ministério Público requerer a compensação com o prazo de inelegibilidade e o réu concordar no acordo de não persecução cível.
- d) O acordo de não persecução civil pode ser celebrado a qualquer tempo, inclusive durante a execução das sanções.

Simulado de Nivelamento do Ministério Público – 11/12/2021

e) O Ministério Público possui legitimidade exclusiva para o ajuizamento, liquidação e execução da sentença condenatória.

71. Qual dos seguintes direitos fundamentais expressamente previstos na Lei 8069/90 diz respeito diretamente à importância do núcleo familiar no desenvolvimento de crianças e adolescentes?

- a) Princípio da proteção integral.
- b) Princípio da obrigatoriedade da informação.
- c) Princípio da responsabilidade parental.
- d) Princípio do interesse superior da criança e do adolescente.
- e) Princípio da prevalência da família.

72. A respeito do apadrinhamento de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, nos termos do art. 19-B do ECA, é correto afirmar:

- a) prioriza-se os acolhidos com remota possibilidade de reinserção familiar ou colocação em família adotiva e observada a idade mínima de 10 anos.
- b) Podem ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de 18 anos idade, inscritas no cadastro de adoção, desde que residentes na mesma Comarca da criança ou adolescente.
- c) Podem ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de 18 anos de idade não inscritas nos cadastros de adoção, desde que cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte;
- d) Podem ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de 21 anos de idade, inscritas ou não nos cadastros de adoção, residentes ou não na mesma Comarca que a criança ou adolescente;
- e) prioriza-se os acolhidos com grande possibilidade de reinserção familiar ou colocação em família adotiva, observada a idade mínima de 06 anos e que

haja diferença de 10 anos entre o infante e padrinho/a madrinha.

73. Assinale a alternativa correta.

- a) A adolescente acolhida institucionalmente manterá a convivência integral com seu filho, inclusive com acompanhamento multidisciplinar.
- b) A condenação criminal do pai ou da mãe implicará em destituição automática do poder familiar, desde que seja por qualquer crime doloso.
- c) O cadastro de adotantes não admite exceções de prioridade.
- d) A simples guarda de fato autoriza, salvo exceções legais, a dispensa da realização do estágio de convivência;
- e) A adolescente acolhida institucionalmente manterá a convivência integral com seu filho, desde que faça pedido expresso ao Juízo, oportunidade em que poderá solicitar também o acompanhamento multidisciplinar.

74. Sobre os recursos no ECA, a partir do artigo 198, é incorreto afirmar que:

- a) é dispensável o preparo;
- b) o prazo recursal será de 15 dias, ainda que para os embargos de declaração
- c) o prazo recursal não será contado em dias úteis, pois há regra própria no ECA, não prevalecendo o CPC;
- d) não deverá ser observada a ordem cronológica de conclusão para julgamento, prevista no Código de Processo Civil, pois há regra própria no ECA
- e) há efeito iterativo/diferido na apelação, o que permite o juízo de retratação pelo magistrado.

Simulado de Nivelamento do Ministério Público – 11/12/2021

75. Sabe-se que a Lei 8069/90, logo em seu artigo 1º, fala a respeito da proteção integral à criança e ao adolescente, meta princípio que:

- a) serve como norte para interpretar e aplicar todos os institutos da Lei;
- b) trata exclusivamente de políticas públicas a serem implementadas pelo executivo;
- c) serve como norte para tão somente aplicar os institutos da Lei;
- d) não pode servir como norte na interpretação e aplicação das normas referentes à prática de atos infracionais por adolescentes, pois sempre terá que ceder espaço para o melhor interesse de eventual vítima do quanto cometido;
- e) trata exclusivamente da aplicação das medidas de proteção e socioeducativas.

76. A respeito da aplicação de medidas socioeducativas, marque o que está correto:

- a) a remissão pré processual concedida pelo MP poderá ser cumulada com qualquer medida socioeducativa, exceto a internação;
- b) somente poderá haver o início do cumprimento de uma medida socioeducativa se o infrator não tiver completado 18 anos de idade;
- c) a internação provisória, medida cautelar, tem duração máxima de 45 dias prorrogáveis por igual período uma vez;
- d) a medida socioeducativa de internação não possui prazo determinado, havendo como limites, porém, 3 anos de cumprimento ou o infrator completar 21 anos de idade.
- e) A medida de internação definitiva não comporta prazo determinado, mas sua manutenção deve ser reavaliada, mediante decisão da equipe multidisciplinar de forma fundamentada, no máximo a cada 1 ano;

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

77. O artigo 18, § 2º, da Constituição Federal dispõe que os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar. Essa norma constitucional, conforme doutrina clássica, é de eficácia

- a) limitada, declaratória de princípio institutivo.
- b) contida e aplicabilidade diferida.
- c) limitada, declaratória de princípio programático.
- d) contida e aplicabilidade imediata.
- e) plena e aplicabilidade direta e imediata.

78. A respeito do Poder Legislativo, indique a alternativa correta.

- a) A instauração de processo criminal contra Deputados e Senadores depende de prévia autorização legislativa, por decisão da maioria absoluta dos membros da respectiva Casa do Congresso Nacional.
- b) A criação de CPI depende de requerimento de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara ou do Senado, em conjunto ou separadamente.
- c) Compete ao Congresso Nacional processar e julgar o Procurador-Geral da República por crime de responsabilidade.
- d) Em regra, as deliberações de cada Casa do Congresso Nacional e de suas Comissões são tomadas por maioria absoluta de seus membros.
- e) As Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, diferentemente do que se aplica às Comissões Parlamentares de Inquérito, não podem convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto determinado.

Simulado de Nivelamento do Ministério Público – 11/12/2021

79. A ideia de que o fundamento da Constituição não está em uma norma jurídica precedente e nem em si mesma, mas na vontade política que a antecede retrata o sentido

- a) sociológico de Constituição.
- b) político de constituição.
- c) normativo de Constituição.
- d) ontológico de Constituição.
- e) cultural de Constituição.

80. A respeito do processo legislativo constitucional, indique a alternativa INCORRETA.

- a) No processo legislativo das emendas à Constituição Federal, diferente do que ocorre no processo legislativo ordinário, não há sanção e nem veto. A única participação do Presidente da República e na iniciativa.
- b) É vedada a edição de medida provisória a respeito de direito penal incriminador e de direito processual penal.
- c) A irrepetibilidade, diferente do que se dá no processo legislativo das leis, é absoluta no processo legislativo das emendas à Constituição Federal e no das medidas provisórias.
- d) Por decreto legislativo, poderá o Congresso Nacional delegar ao Presidente da República a competência para criação de leis delegadas.
- e) Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa do Congresso Nacional serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros. Esse quórum não se aplica às emendas à Constituição Federal e nem às leis complementares.

81. O Presidente da República enviou ao Congresso Nacional proposta de emenda à Constituição (PEC),

para reestruturar a Ordem Tributária. Ocorre que a proposta, na opinião de juristas, viola princípios federativos e garantias individuais. A respeito do fato narrado, para combater as supostas inconstitucionalidades contidas na referida PEC, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, admite-se

- a) ação direta de inconstitucionalidade, desde que observados os requisitos contidos na Lei 9.868/1999.
- b) arguição de descumprimento de preceito fundamental, cumpridas as exigências processuais da Lei 9.882/1999.
- c) ação civil pública, desde que proposta por parlamentar e observados os pressupostos da Lei 7.347/1985.
- d) mandado de segurança, desde que impetrado por parlamentar da Casa em que tramita a proposta e atendidas as exigências da Lei 12.016/2009.
- e) mandado de injunção, impetrado por qualquer prejudicado pelo descumprimento da norma constitucional.

82. A respeito da Ordem Social, indique a única alternativa incorreta.

- a) As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. As Universidades devem obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- b) É dever do Estado, dentre outros relativos à educação, ofertar ensino noturno regular, adequado às condições do educando.
- c) O Estado deve garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, além de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais. Dessa sorte, é dever do Estado proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras.

Simulado de Nivelamento do Ministério Público – 11/12/2021

d) Os Estados e o Distrito Federal devem destinar parte de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

e) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

83. O Governo do Paraguai ajuizou ação contra decisões judiciais que beneficiaram o Município de Foz do Iguaçu, no Paraná, quanto à cobrança de impostos de empresas prestadoras de serviço à usina de Itaipú. A respeito do caso narrado, considerando o disposto na Constituição Federal, indique a alternativa que contém o órgão competente para processar e julgar, originariamente, a referida ação judicial que tem como partes um Estado estrangeiro e um município brasileiro.

- a) Superior Tribunal de Justiça.
- b) Supremo Tribunal Federal.
- c) Juiz Federal.
- d) Tribunal Regional Federal.
- e) Tribunal de Justiça do Paraná.

84. A respeito dos direitos políticos, nos termos fixados pela Constituição Federal e pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue as assertivas abaixo e, em seguida, indique a alternativa correta.

- I. Conquanto não se admita no Brasil o sufrágio censitário, o capacitário é permitido pela Constituição Federal.
- II. O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para todos os brasileiros alfabetizados maiores de 18 anos de idade.

III. A condenação por improbidade administrativa provoca a perda dos direitos políticos.

IV. A lei que alterar o processo eleitoral só entrará em vigor um ano após a sua publicação.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- c) Todas as assertivas estão incorretas.
- d) Apenas a assertiva IV está correta.
- e) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

85. Acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária da União, conforme disposto na Constituição Federal, indique a assertiva correta.

- a) Qualquer cidadão é parte legítima para denunciar ilegalidades ao Tribunal de Contas.
- b) Compete ao Tribunal de Contas da União sustar a execução de contrato, caso encontrada irregularidade, solicitando, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
- c) O Tribunal de Contas da União, composto de sete Conselheiros, tem sede na Capital Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.
- d) Qualquer pessoa física ou jurídica, desde que de direito público, que em nome da União assuma prestação pecuniária prestará contas ao Tribunal de Contas da União.
- e) Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

86. Por iniciativa de deputado federal, foi apresentado ao Legislativo da União projeto de lei complementar que objetiva a criação do estado de Florianópolis, a partir do desmembramento do estado de Santa

Simulado de Nivelamento do Ministério Público – 11/12/2021

Catarina. A respeito do assunto, indique a alternativa compatível com o disposto na Constituição Federal.

- a) A Constituição Federal proíbe a secessão, motivo pelo qual o projeto de lei complementar deveria ser arquivado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.
- b) A votação do projeto pelo Congresso Nacional dependeria de autorização, por meio de plebiscito, da população brasileira.
- c) A criação do estado de Florianópolis dependeria de divulgação dos estudos de viabilidade estadual, apresentados e publicados na forma da lei.
- d) O Estado de Florianópolis poderia ser criado por lei complementar aprovada pelo Congresso Nacional, após consulta prévia à população diretamente interessada, desde que o resultado do plebiscito fosse positivo.
- e) É inviável juridicamente a criação, por desmembramento, de novos estados, apenas sendo permitidas a fusão ou a divisão de estados já existentes.

87. O Presidente da República, tendo ouvido o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, decretou a intervenção federal no estado Alfa. No decreto, fixou o prazo de 180 dias, nomeou João da Silva, general do Exército, como interventor e definiu que a intervenção só se daria no âmbito do Executivo, na área de segurança pública. Logo após, encaminhou o decreto para apreciação do Congresso Nacional. A respeito do caso narrado, aponte a alternativa correta.

- a) O Presidente da República não poderia ter decretado a intervenção federal sem a autorização do Congresso Nacional.
- b) A Constituição Federal, ao exigir a nomeação de interventor, proibiu que a função fosse exercida por militar, uma vez que o regime democrático não admite intervenção militar na autonomia dos entes federativos.

c) O prazo limite para a duração da intervenção federal é de 30 dias, prorrogável uma vez, por igual período.

d) A Constituição Federal exige que o decreto especifique a amplitude, o prazo e as condições de execução da intervenção federal. No caso narrado, o Presidente deixou de listar as condições de execução, tendo atendido as duas primeiras exigências.

e) Comprometimento da ordem pública não é razão suficiente para decretar a intervenção federal, dada a subjetividade da análise.

88. A respeito da organização político-administrativa do Estado, aponte a alternativa correta.

a) Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional a lei estadual que disponha sobre porte de arma de fogo, por invadir matéria da competência da União.

b) As terras devolutas são bens da União.

c) A Constituição Federal proíbe que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios mantenham com cultos religiosos ou igrejas qualquer tipo de aliança, uma vez que o Estado é laico.

d) Compete aos municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de gás canalizado.

e) Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, compete aos estados o poder de fechar fronteiras e o de regulamentar o transporte intermunicipal para realizar barreiras sanitárias eficazes no controle à pandemia causada pela COVID-19.

Simulado de Nivelamento do Ministério Público – 11/12/2021

89. De acordo com a Lei nº 14.133/21, marque a assertiva correta:

- a) Assim como a Lei nº 8.666/93, a Lei 14.133/21 exige a realização de audiência pública antes da publicação do edital da licitação
- b) Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação deverá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.
- c) A concorrência é a modalidade de licitação que poderá ser usada para alienação de bens públicos, utilizando o maior lance como critério de julgamento.
- d) Nas dispensas de licitação por valores não há a obrigatoriedade de se realizar o procedimento de justificação.
- e) É inexigível a licitação para a aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

90. Marque a assertiva correta, tendo como base os entendimentos doutrinários acerca dos Atos Administrativos:

- a) A imperatividade é o atributo pelo qual o ato administrativo ocorrerá sem a autorização do Poder Judiciário.
- b) O elemento motivação consiste nas razões de fato e de direito que determinaram a prática do ato administrativo.
- c) O Direito brasileiro admite a chamada motivação aliunde.
- d) Acerca da nulidade dos atos administrativos, o Direito Administrativo pátrio adota a teoria monista de nulidades.
- e) A revogação recai sobre atos administrativos ilegais.

91. Acerca da organização administrativa e seus institutos, marque a assertiva correta:

- a) desconcentração e a descentralização pressupõem a criação de novos entes, com personalidade jurídica própria, no primeiro caso para execução direta e, no segundo, para execução indireta de atividades públicas.
- b) descentralização por colaboração é utilizada precipuamente para transferência da titularidade de serviços públicos para a iniciativa privada ou organizações do terceiro setor, mediante delegação operada pelos institutos da concessão ou permissão.
- c) criação de órgãos públicos é uma expressão da desconcentração, de modo a gerar uma hierarquia entre os órgãos criados dentro da mesma entidade.
- d) desconcentração pressupõe a criação de outros entes públicos ou privados, integrantes da estrutura administrativa, enquanto a descentralização refere-se à mera realocação de competências dentro da estrutura existente.
- e) descentralização ocorre sempre que se cria um novo órgão com plexo de atribuições próprias, o que se insere na competência normativa e regulamentar do Chefe do Executivo para dispor sobre organização administrativa.

92. No que tange ao Poder de Polícia, marque a assertiva correta:

- a) É possível a delegação do poder de polícia a particulares, integrantes ou não da Administração Pública.
- b) A única fase do ciclo de polícia que, por sua natureza, é absolutamente indelegável é a ordem de polícia.
- c) O Poder de polícia se manifesta de maneira vinculada.
- d) Do poder de polícia é possível haver a cobrança de imposto.

Simulado de Nivelamento do Ministério Público – 11/12/2021

e) A atuação da polícia administrativa recai sobre o indivíduo.

93. Marque a assertiva correta, no que tange à desapropriação:

a) Não configura desapropriação indireta quando o Estado limita-se a realizar serviços públicos de infraestrutura em gleba cuja invasão por particulares apresenta situação consolidada e irreversível

b) O prazo de ajuizamento da desapropriação indireta é de 20 (vinte) anos.

c) Em ação de desapropriação indireta não é cabível reparação decorrente de limitações administrativas.

d) O direito de extensão não é admitido pela jurisprudência do STJ.

e) Os Estados não podem desapropriar imóveis rurais, de modo que apenas a União poderá fazê-lo.

94. No que tange à parceria público-privada, considerando os termos da Lei nº 11.079/2004, assinale a alternativa correta.

a) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

b) Concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

c) A contratação de parceria público-privada não se aplica às sociedades de economia mista.

d) Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão e permissão, nas modalidades patrocinada ou administrativa.

e) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e

instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

95. Em relação aos bens públicos, é correto afirmar:

a) A desafetação suprime a finalidade pública de um bem, eliminando algum de seus atributos, como o da disponibilidade, transformando, assim, um bem de uso comum do povo em um bem de uso especial.

b) A afetação de um bem a um serviço público somente pode ser feita por meio de lei, não podendo ser feita por ato administrativo nem pelo mero uso do bem.

c) É possível haver sequestro de valores nas contas de ente público, por meio de comando judicial, quando a pretensão visa a assegurar direitos fundamentais, como educação e saúde.

d) Os bens públicos não estão sujeitos à prescrição aquisitiva, salvo os dominicais.

e) A alienação de bens públicos móveis inservíveis, embora dispensada a autorização legislativa e a demonstração do interesse público a justificar o ato, está condicionada à modalidade licitatória de concorrência.

96. De acordo com os recentes posicionamentos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, marque a assertiva incorreta:

a) O Estado responde subsidiariamente por danos materiais causados a candidatos

em concurso público organizado por pessoa jurídica de direito, quando os exames são cancelados por indícios de fraude

b) Os servidores temporários fazem jus a décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional, como regra.

c) Sem previsão constitucionalmente adequada e instituída por lei, não é legítima a cláusula de edital de concurso público que restrinja a participação de candidato pelo simples fato de responder a inquérito ou ação penal.

Simulado de Nivelamento do Ministério Público – 11/12/2021

d) Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando for concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando for de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular.

e) Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.

97. Considerando a doutrina e o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores acerca do regime jurídico-administrativo e do princípio constitucional da legalidade na administração pública, assinale a opção correta.

a) O princípio da legalidade veda à administração a prática de atos inominados, embora estes sejam permitidos aos particulares.

b) Em virtude do princípio da reserva legal, a administração pública deve fazer o que está prescrito em lei e abster-se de atuar quando a lei proibir.

c) A utilização de prova emprestada nos processos administrativos disciplinares ofende o princípio da legalidade.

d) Apesar de estar submetida à legalidade estrita, a administração pública poderá interpretar normas de maneira extensiva ou restritiva com relação aos direitos dos particulares quando não existir conteúdo legal expresso.

e) Aplica-se a teoria do fato consumado no caso de remoção de servidor público para acompanhar cônjuge em virtude de decisão judicial liminar, ainda que a remoção não se ajuste à legalidade estrita.

98. De acordo com a temática Agentes Públicos, marque a alternativa correta:

a) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.

b) é possível a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público

c) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores

d) o prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

e) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento

99. De acordo com a Lei 13.303/16, marque a alternativa correta:

a) É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista para obras e serviços de engenharia de valor até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda a obras e serviços de mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente. Trata-se de um valor fixo, que não pode ser alterado.

b) A empresa pública e a sociedade de economia mista, na licitação para aquisição de bens, não poderão indicar marca ou modelo, em nenhuma hipótese.

c) A homologação do resultado da licitação gera apenas a expectativa de celebração do contrato em favor do licitante vencedor.

d) O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões

Simulado de Nivelamento do Ministério Público – 11/12/2021

que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

e) Os contratos celebrados com base na Lei 13.303/16 são regidos pelo direito privado.

100. A respeito da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A responsabilidade objetiva do Estado existe em qualquer hipótese de dano, inclusive decorrente de força maior e caso fortuito.
 - b) Na hipótese de falha do serviço público prestado pelo Estado, é desnecessária a comprovação do nexo de causalidade entre a ação omissiva atribuída à Administração Pública e o dano causado a terceiro.
 - c) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
 - d) A teoria do Risco integral não tem aplicabilidade no Direito brasileiro.
 - e) O prazo de prescrição do direito de obter indenização pelos danos causados por agentes de pessoa jurídica de direito privado prestadoras de serviços públicos é de dez anos.
-

Preencha seu Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Nivelamento-MP-11-12>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
